



ANO 22 Nº 02
Fevereiro de 2013

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

Passados os efeitos da estiagem, a recuperação do PIB concentra-se nos serviços

Após dois períodos seguidos apresentando queda, a economia gaúcha voltou a crescer no terceiro trimestre de 2012. De acordo com as informações do PIB trimestral, divulgado pela FEE em dezembro, o aumento foi de 7,6% na passagem do segundo para o terceiro trimestre. Dados mensais já mostravam a volta do crescimento ainda em maio. O Índice de Atividade Econômica Regional do Rio Grande do Sul (IBCR-RS), calculado pelo Banco Central, indicou crescimento de 9,5% naquele mês, após uma sucessão de quatro quedas. Essa retomada do crescimento, entretanto, possui certas especificidades, que serão melhor entendidas com a análise desagregada dos três setores.

Os serviços mantiveram sua rota de crescimento, sem grandes alterações. O principal destaque seguiu sendo o comércio. Ao contrário de outros anos, a influência negativa da estiagem de 2012 não foi sentida no desempenho da atividade. A sequência dos estímulos vindos da maior oferta de crédito, dos juros mais baixos, da expansão contínua da massa salarial, e, contrabalançando a queda da produção primária, do aumento dos preços agrícolas acabou por sustentar o crescimento do consumo no Estado, inclusive a taxas superiores à nacional.

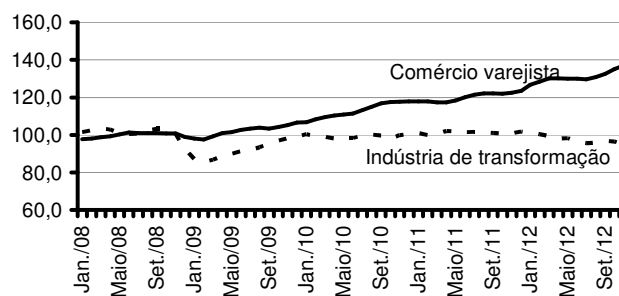
Na indústria, o destaque positivo continuou a ser a atividade da construção civil, que manteve o ritmo de crescimento verificado ao longo dos períodos anteriores. A indústria de transformação, por outro lado, apresentou queda pelo terceiro trimestre seguido, na série com ajuste sazonal da FEE. A retomada tão aguardada da atividade, alvo de incentivos por parte do Governo Federal, não se confirmou. Da mesma forma que a indústria nacional, a do Rio Grande do Sul manteve-se em queda ao longo de todo o ano. Dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostram perda de fôlego de setores importantes no Estado. As atividades de alimentos e fumo aceleraram suas perdas, diretamente impactadas pela menor oferta de produtos primários; as atividades ligadas ao setor automotivo, embora tenham apresentado certa recuperação, ainda mostraram sinais negativos, em linha com a menor produção nacional; calçados e produtos químicos enfrentaram problemas com as restrições impostas pela Argentina às exportações gaúchas. Das 14 atividades pesquisadas pelo IBGE, apenas quatro, com destaque para refino de petróleo e máquinas e equipamentos, expandiram-se no terceiro trimestre do ano.

O retorno da expansão econômica esteve, portanto, diretamente relacionado ao desempenho da agropecuária,

uma vez que a indústria e os serviços não alteraram profundamente seus ritmos de crescimento ao longo dos meses de 2012. O desempenho negativo da agricultura, que freou a economia gaúcha durante os primeiros meses do ano, perdeu força a partir de maio. Como a colheita da safra de grãos do Estado concentra-se temporalmente nos primeiros meses do ano, especificamente entre janeiro e abril, já era esperado que, passada a colheita desses produtos, a economia gaúcha voltasse a crescer, já praticamente livre do peso das perdas com a agropecuária. Diminuída a importância do Setor Primário no cálculo do PIB trimestral e do IBCR-RS, o desempenho da economia gaúcha passa a depender mais do comportamento da indústria e dos serviços.

Dado o maior peso que os serviços têm no PIB do Estado, na comparação com a indústria, a agregação das taxas de variação dos setores resultou na volta do crescimento. Tal retomada, como já salientado, possui especificidades que devem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, porque é consequência da concentração das perdas da agricultura no começo do ano, não significando que esse setor se tenha recuperado nos últimos meses, até porque sua produção só voltará a ser contabilizada com significância em 2013. E, em segundo lugar, porque não representa uma recuperação mais abrangente. Se, por um lado, o comércio e a construção civil continuam a expandir-se, a indústria de transformação ainda não deu sinais consistentes de retomada.

Índice do volume da indústria de transformação e do comércio varejista do RS — 2008-12



FONTE: IBGE.

NOTA: Índice de volume com ajuste sazonal, em médias móveis trimestrais (2008 = 100).

Martinho Lazzari
Economista, Pesquisador da FEE

A participação das exportações na indústria gaúcha

Uma maneira de se medir o peso das exportações na produção da indústria é calculando o coeficiente de exportação. Essa medida indica qual o percentual do Valor Bruto da Produção que cada setor da indústria destina para exportações. A partir dos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos dados de exportação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi calculado o coeficiente de exportação para os principais setores da indústria de transformação no ano de 2010 (último ano disponível na PIA).

A participação das exportações no total produzido pela indústria de transformação gaúcha foi de 16% no ano de 2010, enquanto, para o Brasil, o índice foi de 13%.

O setor de fabricação de produtos de fumo foi o que apresentou maior coeficiente, com 51% da produção do setor destinada ao mercado externo.

A indústria de produtos alimentícios exportou 26% do valor produzido em 2010. Dentro desse setor, os mais voltados para o mercado externo foram o setor de abate e fabricação de produtos de carne, que teve um coeficiente de 47%, e o setor de óleos e gorduras vegetais e animais, que exportou 45% do total produzido. Por outro lado, o setor de moagem, que representa cerca de um quarto da produção da

industrial de alimentos, apresentou um baixo coeficiente de exportação, de apenas 4%.

O setor de couro e calçados ainda destina boa parte de sua produção para o mercado externo. Em 2010, um quarto da produção desse setor foi exportado. O subsetor de curtimento e outras preparações de couro teve um alto coeficiente, de 44%. Já o subsetor de calçados exportou 19% da produção. Cabe ressaltar que a indústria calçadista tem diminuído sua participação na pauta exportadora do Estado nos últimos anos, principalmente devido à concorrência dos produtos chineses.

A fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, apesar de ser um setor com uma participação significativa tanto no valor produzido na indústria de transformação como no valor exportado, destinou apenas uma pequena parte da sua produção para o mercado externo. O coeficiente de exportação desse setor foi de 5%. Apesar desse baixo índice, alguns segmentos que compõem esse setor apresentaram uma participação maior das exportações. É o caso da fabricação de caminhões e ônibus, que exportou 23% da produção, e da fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores, que destinou 11% da produção para o mercado externo.

Coeficiente de exportação da indústria de transformação, por setores e subsectores selecionados, do Brasil e do Rio Grande do Sul — 2010

SETORES E SUBSETORES	BRASIL	RS
Indústria de transformação	13	16
Fabricação de produtos alimentícios	21	26
Abate e fabricação de produtos de carne	28	47
Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	23	45
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	2	4
Fabricação de produtos do fumo	44	51
Fabricação de produtos têxteis	5	15
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	23	25
Curtimento e outras preparações de couro	60	44
Fabricação de calçados	14	19
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	23	16
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	6	6
Fabricação de produtos químicos	11	20
Fabricação de produtos de borracha e material plástico	7	8
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	6	6
Fabricação de produtos de metal — exceto máquinas e equipamentos	5	11
Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições	48	51
Fabricação de máquinas e equipamentos	14	13
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	10	5
Fabricação de caminhões e ônibus	11	23
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	7	11

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
MDIC.

Guilherme Risco
Economista, Pesquisador da FEE

As exportações gaúchas de máquinas agrícolas

Nas últimas duas décadas, as exportações gaúchas de tratores e demais máquinas agrícolas — basicamente colheitadeiras — tiveram um crescimento extraordinário. Em valores constantes, dólares de 2012, elas saltaram de US\$ 52 milhões em 1991 — ano de criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) — para US\$ 574 milhões em 2012. No primeiro ano desse período, representaram 0,9% do total exportado pelo Estado e, no último, 3,0%. O maior valor da série, no entanto, ocorreu em 2008, quando as vendas externas desses produtos atingiram US\$ 942 milhões, ou 4,8% do total estadual. A partir daí, verificou-se uma queda no patamar dessas exportações, sendo que, nos últimos quatro anos, a média anual caiu para US\$ 600 milhões. E essa tendência pode intensificar-se. Vejamos por quê.

Com o advento do Mercosul, o RS aproveitou sua localização privilegiada e expandiu consideravelmente suas vendas para essa região e, na sequência, para outros mercados, principalmente da América do Sul (como Bolívia, Venezuela e Chile), do Norte (como Estados Unidos e México) e da África (como África do Sul e Marrocos).

Nesse processo, o mais importante mercado para o RS foi o argentino, que adquiriu, em média, 34% das exportações gaúchas de tratores e máquinas agrícolas entre 1991 e 2008. Já entre 2009 e 2012, a participação média reduziu-se para cerca de 20%. Essa queda foi consequência de uma política comercial daquele país, iniciada em 2009 e reforçada desde então, cujo objetivo último foi o de forçar a internalização da produção de determinados bens.

Safra 2012/2013: projeções promissoras sinalizam recorde

As previsões de safra agrícola estão a indicar um novo patamar de produção para o País. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra de grãos 2012/2013 deve apresentar um aumento de 8,6% em relação à safra passada, enquanto o IBGE estima uma safra de 9,9% maior. Para isso, conta-se com a reposição das perdas verificadas na última safra, principalmente na Região Sul — a segunda maior produtora de grãos —, em função da estiagem prolongada que ocorreu na época de floração das culturas, esperando-se que, neste verão, o clima seja mais propício.

É oportuno dizer que essas estimativas de crescimento refletem a opção de muitos agricultores pelo cultivo de produtos mais rentáveis, como a soja, grão de melhores preços no mercado e de grande produção nacional. Técnicos agrícolas revelam também o avanço dessa cultura sobre áreas antes ocupadas pelo cultivo de milho. Existe, portanto, uma forte indicação de que a nova safra nacional seja liderada por um recorde de produção dessa oleaginosa, que poderá atingir mais de 82 milhões de toneladas.

No Rio Grande do Sul, é nítida a tendência de recuperação das perdas na safra anterior de grãos, mais visível nas culturas de milho e de soja. Segundo a Conab, a estimativa de janeiro para a safra gaúcha de 2012/2013 indica aumento de 3,7% no cultivo de arroz, 40,6% no de milho e de 86,8% no de soja, relativamente à safra passada.

Observando-se as quantidades produzidas dessas culturas para uma série de safras, nota-se que o recorde

Como a Argentina é uma potência mundial na produção de grãos, as grandes empresas de tratores e colheitadeiras que ainda não tinham produção naquele mercado, ou não a tinham em escala adequada, acabaram cedendo e anunciaram a instalação e/ou expansão de fábricas em seu território. É o caso, por exemplo, da John Deere e da AGCO, ambas com plantas também no RS e, até o momento, grandes exportadoras para o mercado argentino. A primeira inaugurou, em 2012, uma fábrica de tratores e colheitadeiras na província de Santa Fé, e a segunda anunciou a inauguração, para 2013, de uma fábrica de tratores na província de Córdoba.

Esse movimento preocupa, porque, além da perda e/ou redução do mercado argentino, existe a possibilidade de a concorrência entre os dois países estender-se a terceiros mercados. E, nesse sentido, a Argentina apresenta pelo menos uma vantagem: lá, o Governo oferece um retorno fiscal de 14% sobre o valor do produto exportado, enquanto, no Brasil, o retorno é de 3%. Mas ainda é cedo para alguma afirmativa mais precisa. Na verdade, tudo vai depender das vantagens competitivas oferecidas pelas novas plantas e da reconfiguração das estratégias de produção e distribuição das empresas multinacionais que dominam o setor. Portanto, é esperar para ver.

Álvaro Antônio Garcia
Economista, Pesquisador da FEE

obtido em 2010/2011 para os três grãos só será superado pela obtenção provável de novo recorde no cultivo gaúcho de soja, a exemplo do que está sendo projetado para a produção nacional. Caso se confirme essa previsão, o milho do Rio Grande do Sul pode ter uma participação de 6,5% na produção nacional; a soja, de 14,7%; e o arroz, de 66,5%. Se o clima for favorável, o recorde previsto para a safra 2012/2013 no País, para o qual a recuperação da produção gaúcha é fundamental, poderá trazer resultados animadores tanto para os produtores agrícolas quanto para a economia nacional como um todo.

Produção física dos principais grãos de verão no
Rio Grande do Sul — safras 2007/08 a 2012/13

(1.000t)

SAFRAS	PRODUÇÃO		
	Arroz	Milho	Soja
2007/2008	7.361,7	5.322,0	7.775,4
2008/2009	7.905,0	4.248,8	7.912,6
2009/2010	7.320,8	5.593,9	10.218,8
2010/2011	8.904,2	5.776,3	11.621,3
2011/2012 (1)	7.739,6	3.342,7	6.526,6
2012/2013 (2)	8.026,2	4.701,5	12.193,1

FONTE: Conab.

(1) Dados preliminares. (2) Estimativas de janeiro de 2013.

Elvin Maria Fauth
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jul.-dez./12

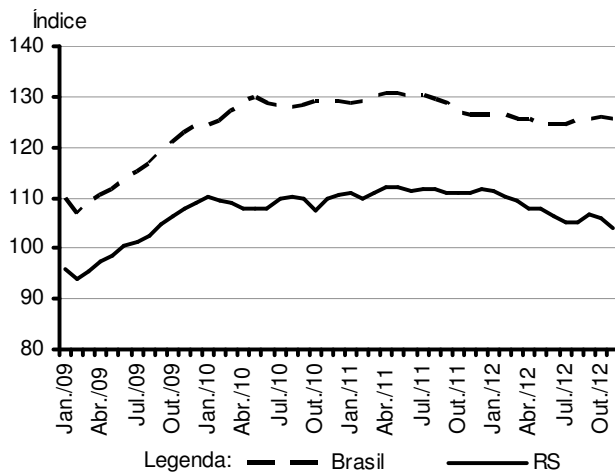
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Jul./12	0,43	2,76	5,20	1,34	4,57	6,68	
Ago./12	0,41	3,18	5,24	1,43	6,07	7,73	
Set./12	0,57	3,77	5,28	0,97	7,09	8,07	
Out./12	0,59	4,38	5,45	0,02	7,12	7,52	
Nov./12	0,60	5,01	5,53	-0,03	7,08	6,96	
Dez./12	0,79	5,84	5,84	0,68	7,81	7,81	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-nov./12



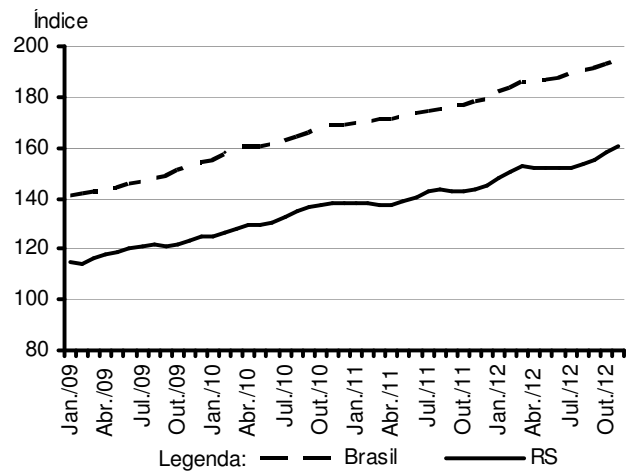
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-nov./12



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jul.-dez./12

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)
	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,03	2,03	2,03	2,03	2,07	2,08	1,95
Taxa de câmbio efetiva real (3)	86,4	87,2	87,7	87,6	88,1	88,7	84,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	8,00	7,50	7,50	7,25	7,25	7,25	8,45
Superávit primário (% do PIB)	-1,5	-0,8	-0,5	-3,2	1,4	-5,6	-2,4
Balança comercial (US\$ milhões)	2.870	3.225	2.553	1.659	-187	2.249	19.431
Exportações (US\$ milhões)	21.003	22.381	19.998	21.763	20.472	19.748	242.580
Importações (US\$ milhões)	-18.133	-19.156	-17.446	-20.104	-20.659	-17.500	-223.149
Transações correntes (US\$ milhões)	-3.742	-2.551	-2.600	-5.431	-6.265	-8.413	-54.246

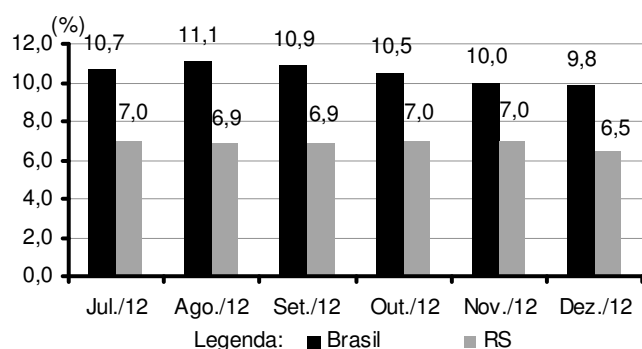
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 22 nº 02

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — jul.-dez./12

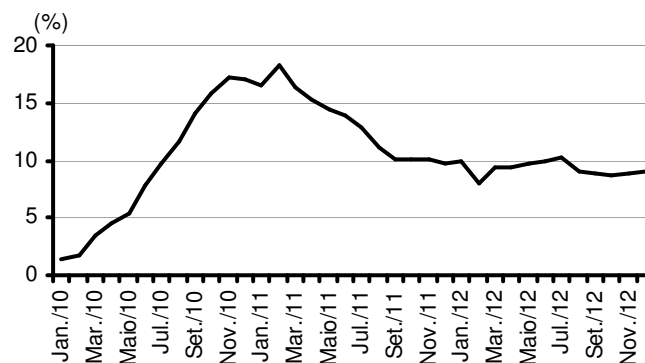


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-dez./12



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

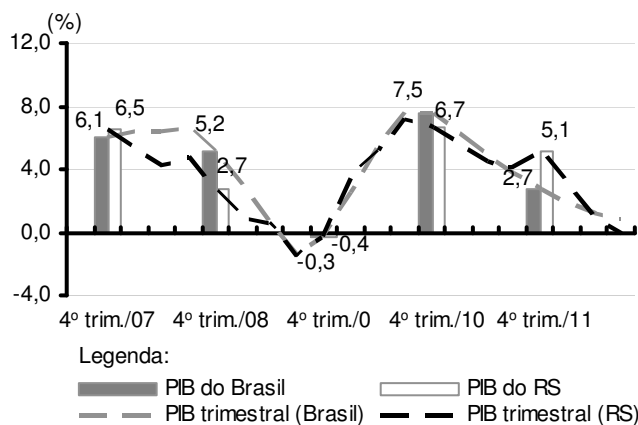
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jul.-dez./12

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jul./12	10.285	138.217	7,4	-6,9	-1,7	-6,2	0,5	-0,6	-1,8
Ago./12	12.117	160.598	7,5	-6,1	-3,7	-5,9	-0,5	-0,2	-2,7
Set./12	13.615	180.596	7,5	-9,2	-4,9	-9,1	-1,1	0,0	-3,4
Out./12	15.098	202.360	7,5	-9,6	-4,6	-9,7	0,0	0,2	-4,2
Nov./12	16.287	222.831	7,3	-9,8	-4,7	-10,2	1,3	0,6	-5,5
Dez./12	17.386	242.580	7,2	-10,5	-5,3	-11,1	1,0	0,8	-5,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

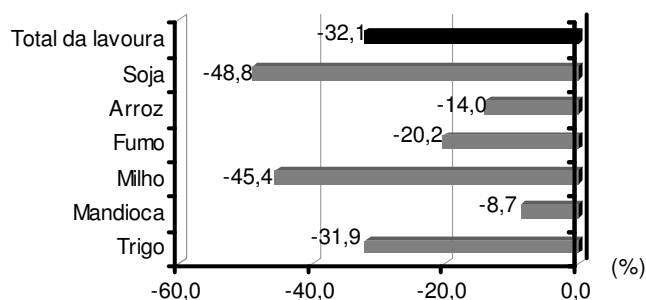
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-3º trim./12



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — dez./12



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Mirando a fronteira: as cidades gêmeas gaúchas

A região da faixa de fronteira é definida pela porção de terra que se estende ao longo do limite territorial do País, com uma largura interna de 150km. Nela, situam-se 588 municípios brasileiros, que se distribuem em 11 estados e têm cerca de 10 milhões de habitantes. Esses municípios são classificados em: (a) cidades gêmeas (municípios com sede contígua à sede do outro município do país vizinho); (b) de linha de fronteira (municipalidades que são lindeiras a outro país, cuja sede está fora do limite da fronteira); e (c) de faixa de fronteira (municípios com área total ou parcial localizada na faixa interna de 150km de largura).

O RS destaca-se por ser limítrofe a dois países — Uruguai e Argentina —, com os quais o Brasil mantém importantes laços comerciais. A faixa de fronteira sul-rio-grandense agrega 197 municípios, distribuídos em: uma cidade trigêmea (tríplice fronteira Brasil-Argentina-Uruguai), nove cidades gêmeas, 19 municípios de linha de fronteira e 168 de faixa de fronteira.

Em 2011, o Governo do RS criou o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira, que tem como um dos objetivos intensificar o processo de integração com os países vizinhos. É nas cidades gêmeas que se encontram os maiores desafios, na medida em que, muitas vezes, o limite discricionário da fronteira contrasta com a existência de um núcleo urbano comum, onde transitam diariamente, de forma quase indiscriminada, pessoas e mercadorias de ambos os países.

O número de residentes (população conjunta) nessas cidades é significativo: em três cidades gêmeas, a população é superior a 80.000 habitantes, e, em outras quatro, fica entre 30.000 e 65.000 habitantes. Destaca-se também a existência

de uma cidade trigêmea, com população próxima a 43.000 habitantes. Se, por um lado, a contiguidade territorial unifica esses espaços urbanos, por outro, existem diferenças administrativas, políticas e institucionais que se manifestam, com frequência, na carência ou na duplicidade de infraestruturas e de equipamentos públicos. Esse é, aliás, um fato comumente observado nos serviços de transporte, educação e saúde. Nesse sentido, espera-se que os planos de desenvolvimento de faixa de fronteira, conduzidos pelos Governos Federal e Estadual, avancem, priorizando acordos bilaterais (existentes e novos) que melhorem o processo de integração nessas cidades tão peculiares.

População conjunta das cidades gêmeas de Brasil, Argentina e Uruguai — 2010 e 2011

CIDADES GÊMEAS BRASIL/URUGUAI	POPULAÇÃO EM 2011	CIDADES GÊMEAS BRASIL/ARGENTINA (1)	POPULAÇÃO EM 2010
Aceguá/Aceguá	5.930	B. do Quaraí/Monte Caseros (2)	30.627
B. Quaraí/Bella Unión (2)	16.231	Itaqui/Alvear	45.306
Chuí/Chuy	15.639	Porto Xavier/San Javier	23.490
Jaguarão/Río Branco	42.473	São Borja/Santo Tomé	84.178
Quaraí/Artigas	63.660	Uruguaiana/Paso de los Libres ..	171.430
S. do Livramento/Rivera	146.725		

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC-Argentina).

Instituto Nacional de Estadística (INE-Uruguai).

(1) Dados preliminares do INDEC. (2) Barra do Quaraí (Brasil), Monte Caseros (Argentina) e Bella Unión (Uruguai) formam a cidade trigêmea.

Fernanda Queiroz Sperotto
Economista, Pesquisadora da FEE

O comportamento do ICMS em 2012 e o programa Nota Fiscal Gaúcha

Ao se analisarem os dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (Sefaz-RS) referentes à arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual, observa-se que, no período jan.-nov./12, já foram arrecadados, aproximadamente, R\$ 20 bilhões. Esse valor revela um aumento real de 3,63% em comparação com o mesmo período do ano passado. O ICMS apresentou desempenho positivo, com tendência de aumento da arrecadação. No primeiro semestre, a receita manteve-se baixa e negativa, exceto no mês de março, por efeito da safra de grãos. Porém, em setembro, outubro e novembro, a arrecadação teve aumento surpreendente, com taxas mensais de 7,8%, 8,9% e 14,0% respectivamente. Assim, a arrecadação média mensal foi de R\$ 1,8 bilhão, ocorrendo seu ápice em novembro, com R\$ 2,15 bilhões.

Considerando o período dez./11-nov./12, a arrecadação total do ICMS girou em torno de R\$ 21,9 bilhões. O crescimento registrado de 3,9% em relação aos 12 meses anteriores está, aparentemente, dentro de uma tendência, haja vista que, nos últimos 10 anos, a taxa de crescimento média foi de 3,2%.

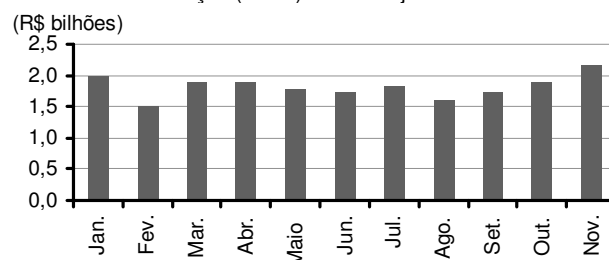
Em 2012, o Governo do Estado do RS instituiu o programa Nota Fiscal Gaúcha, que tem por objetivo aumentar a arrecadação do ICMS, através do aumento da emissão de notas fiscais. Existe a expectativa de um aumento em torno de R\$ 100 milhões na arrecadação, sendo possível fazer-se uma análise da arrecadação do ICMS no Estado a partir do estabelecimento desse programa, em junho de 2012, até novembro desse ano.

Pois bem, considerando o subperíodo jun.-nov., a média da arrecadação ficou em torno de R\$ 1,8 bilhão. Esse valor

representa um aumento de 1,78% em relação à média para o mesmo período de 2011. Isso significa que a arrecadação média cresceu no período, haja vista que, na comparação com o ano de 2010, em 2011 a taxa de crescimento foi de 0,90%.

Ainda assim, não é possível afirmar que o programa Nota Fiscal Gaúcha exerça algum efeito relevante na arrecadação do ICMS, pois sua implementação foi recente e ele é pouco conhecido. Porém a experiência de programas similares no passado alimenta a expectativa de crescimento na receita fiscal em 2013, “turbinada” pela maior participação dos consumidores e pela adesão dos estabelecimentos comerciais ao programa, principalmente com a repercussão da premiação mais importante, que ocorrerá já em março de 2013.

Arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no RS — jan.-nov./2012



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Valores corrigidos pelo IGP-DI.

Mauro Braz dos Santos
Economista, Pesquisador da FEE

A educação gaúcha e os índices municipais de desenvolvimento

Recentemente, foram divulgados dois índices de desenvolvimento em nível municipal por instituições de pesquisa no País. No final do ano passado, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) atualizou o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para o ano de 2010. Em seguida, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) lançou o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), também referente a 2010. Ambos os índices têm alguma semelhança com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas: são índices compostos que agregam dimensões consideradas importantes para se avaliar desenvolvimento. No caso do IFDM, as três dimensões são: (a) renda e trabalho; (b) educação; e (c) saúde. O ISDM, por sua vez, apresenta cinco dimensões: (a) habitação; (b) renda; (c) trabalho; (d) saúde e segurança; e (e) educação.

Agregando-se os resultados municipais e ordenando o *ranking* por estados, o Rio Grande do Sul apresentou resultados pouco discrepantes, quando comparados os dois índices. No IFDM, o Rio Grande do Sul ficou na sexta posição em 2010, enquanto, no ISDM, o Estado foi classificado na quarta colocação entre os estados brasileiros.

No entanto, quando se observa apenas a dimensão referente à educação, os resultados são significativamente divergentes: no IFDM, o RS está na 11ª posição do *ranking* educacional (com índice 0,752). O resultado apresentado pela Firjan pode gerar alguma preocupação, uma vez que o RS está colocado atrás de todos os estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (à exceção do Tocantins). Por outro lado, na classificação da dimensão Educação no ISDM da FGV-SP, o RS encontra-se na quinta posição (com índice 5,56). Ao contrário do resultado da Firjan, os números da FGV-SP parecem ser pouco preocupantes, uma vez que o RS está atrás apenas de Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Os distintos resultados apresentados pelos dois índices confundem o público e demandam explicações: afinal, a educação gaúcha é de boa qualidade ou deixa a desejar? Idealmente, não se espera que os resultados de uma mesma dimensão sejam tão distintos em dois índices que se propõem a medir desenvolvimento municipal.

As diferenças nos resultados devem-se principalmente às variáveis escolhidas para a composição da dimensão Educação em cada índice. No IFDM (Firjan), utilizam-se seis variáveis para compor essa dimensão: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas-aula diárias e resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Dessas, apenas a primeira refere-se à educação infantil, todas as demais são variáveis do ensino fundamental. Por outro lado, 11 variáveis compõem a dimensão Educação no índice da FGV: duas variáveis referentes à educação infantil, seis relacionadas ao ensino fundamental e três referentes ao ensino médio e à taxa de analfabetismo adulto.

Uma diferença fundamental entre os dois índices na dimensão Educação são as variáveis relacionadas ao ensino médio. O índice da Firjan, deliberadamente, exclui variáveis

referentes a esse nível de ensino, com a justificativa de que há muitos municípios que não oferecem, nem precisariam oferecer, escolas de ensino médio ou universidades. Em algumas cidades, os jovens passam a estudar em cidades vizinhas após a conclusão do ensino fundamental. Já o índice da FGV dá peso igual aos três níveis de ensino (um terço para cada nível). O problema dos alunos de ensino médio em cidades que não oferecem escolas desse nível de ensino é solucionado pelo fato de que o índice da FGV conta apenas com dados do Censo em algumas variáveis. No Censo, há informação acerca dos indivíduos que estão no ensino médio e do município em que residem. Evidentemente, a impossibilidade de atualização anual dos dados do Censo impede a publicação anual do índice. Não obstante isso, ainda é de causar surpresa a discrepância entre os *rankings* educacionais divulgados pelos dois órgãos.

Parte do problema desses indicadores deve-se à falta de um claro arcabouço teórico que justifique as variáveis escolhidas e os métodos de agregação. Não se sabe o que está sendo medido de fato por esses índices. Nas notas metodológicas de ambos os indicadores, os critérios de escolha das variáveis não são claros, em particular na dimensão Educação. Há poucas informações para se poder julgar qual índice é mais apropriado para medir desenvolvimento.

Apesar desses percalços, não se deve ignorar que, no índice da Firjan, que dá maior peso ao ensino fundamental, a dimensão Educação apresentou resultados ruins quando comparada com a do índice da FGV. A diferença entre os números apresentados pelos dois índices é um sinal amarelo para os responsáveis pelas políticas educacionais no Estado, principalmente no que se refere ao ensino fundamental.

Ranking dos 11 principais estados, segundo a dimensão Educação no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e no Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), no Brasil — 2010

ESTADOS	IFDM		ESTADOS	ISDM	
	Posição no Ranking	Índice da Dimensão Educação		Posição no Ranking	Índice da Dimensão Educação
SP	1 ^a	0,914	DF	1 ^a	5,75
ES	2 ^a	0,843	SP	2 ^a	5,64
DF	3 ^a	0,839	SC	3 ^a	5,62
SC	4 ^a	0,836	PR	4 ^a	5,60
MG	5 ^a	0,808	RS	5 ^a	5,56
PR	6 ^a	0,796	MG	6 ^a	5,55
RJ	7 ^a	0,769	RJ	7 ^a	5,47
MT	8 ^a	0,767	GO	8 ^a	5,39
MS	9 ^a	0,757	MS	9 ^a	5,33
GO	10 ^a	0,756	ES	10 ^a	5,27
RS	11 ^a	0,752	MT	11 ^a	5,17

FONTE: Firjan.
FGV-SP.

Thomas H. Kang
Mestre em Economia, Pesquisador da FEE

EUA: caminhando sobre o abismo

Desde o estouro da “bolha financeira”, iniciada no mercado imobiliário residencial norte-americano em 2007 e que gerou a maior crise no sistema capitalista desde a Grande Depressão, os países desenvolvidos apresentam *performances* econômicas decepcionantes. A recuperação é adiada semestre após semestre, e nem mesmo as maciças injeções de recursos realizadas pelos bancos centrais ao redor do globo, combinadas com outras medidas de salvamento dos governos, foram suficientes para uma recuperação consistente, com retomada de crescimento do PIB e do emprego, principais problemas advindos da estagnação econômica do período.

E 2013 não começou fácil para a maior economia do mundo, com o debate sobre a renovação, ou não, de diversos benefícios fiscais e isenções de impostos que, caso expirassem, fariam com que o produto da economia norte-americana caísse cerca de 2,0% rumo ao chamado “abismo fiscal”. A soma dos montantes em risco de vencer era de mais de US\$ 600 bilhões entre isenções fiscais e benefícios a empresas e indivíduos.

Houve certo temor sobre a possibilidade de republicanos e democratas não chegarem a acordo. Porém, como esperado, na última hora, os partidos selaram um acordo temporário, que incluiu aumento de impostos para as classes abastadas e adiamento da expiração de alguns benefícios — notadamente, os que incidiam sobre a contratação de empregados e a extensão do seguro-desemprego. Porém, como parte da negociação, deixou-se que alguns benefícios expirassem, o que, em parte, agradou aos republicanos, que mantêm sua convicção na necessidade de equilibrar o orçamento. Mesmo assim, uma nova rodada de debates já é esperada, pois o limite de endividamento logo será alcançado, e um novo aumento terá de ser votado.

Para a sociedade norte-americana, a mais benéfica dessas medidas foi o aumento da alíquota mais elevada do imposto de renda, que foi de 34% para 39,5% para rendas acima de US\$ 400.000 anuais, e da alíquota de impostos sobre os ganhos de capital e dividendos, que foi de 15% para 20%. Porém tais medidas são apenas um retorno à realidade pré-George W. Bush, onde já se verificava um crescimento na desigualdade de renda nos EUA, processo acentuado com sua chegada ao Governo. Já o fim da isenção de 2% em impostos que incidem sobre os trabalhadores significará, segundo a **The Economist**, uma redução de poder de compra de US\$ 115 bilhões, ou US\$ 1.000 anuais por família atingida por tal medida. Segundo a publicação, deverá haver uma compressão de gastos federais de 1% a 1,5% do PIB, a maior parte deles ocorrendo no primeiro semestre de 2013.

Dito isso, é infactível uma recuperação consistente dos EUA no curto prazo. O cenário é de esgotamento do modelo de crescimento neoliberal, marcado por compressão salarial e concentração de renda, pela diminuição da atuação do Estado e pelo *outsourcing* advindo da globalização. Isso tornou o crescimento da economia norte-americana cada vez mais dependente de estímulos ao consumo advindos de surtos de endividamento e da especulação em ativos financeiros. As contrações vindouras de um estouro de bolha de ativos eram “corrigidas” com a formação de novas bolhas em setores diferentes. Como resultado, ocorreram aumento na participação dos lucros no PIB e enormes déficits em transações correntes, além da concentração dos ganhos para os 1% mais ricos, com as camadas mais baixas recorrendo ao endividamento para manter seu padrão de compra.

Após 2007, tal lógica deixou de funcionar: o Estado buscou “apagar o incêndio” da crise com compras de ativos e *quantitative easing*. As empresas melhoraram sua posição patrimonial e inclusive voltaram a contratar, estimuladas por diversas isenções. Porém não houve expansão autônoma puxada pelo setor privado. Ao invés disso, são necessárias injeções cada vez maiores de recursos por parte do FED para resultados cada vez menores em termos de expansão do produto, do investimento e do emprego. A cada ano, é necessário um novo pacote de estímulo, o endividamento governamental aumenta, e a solução através de um ajuste profundo na estrutura social norte-americana, capaz de brear a tendência à concentração da renda, aumentando salários e, assim, estimulando a demanda da parcela mais endividada de sua população, é postergada.

Mesmo tendo impedido momentaneamente sua queda no abismo, os EUA seguem caminhando sobre ele ao estilo do *cartoon* Willye Coyote: andando sobre o nada até olhar para baixo e experimentar uma gigantesca queda. No caso norte-americano, o que tem impedido essa queda são injeções de dólares, o que deixou os EUA entre os governos mais endividados do mundo, sem conseguir obter a reativação autônoma de seu mercado interno e a retomada do seu papel como locomotiva do crescimento mundial. Resta aguardar o que virá primeiro: a mudança do saturado modelo neoliberal norte-americano, ou a queda da nação hegemônica mundial em seu próprio “abismo”, com um pouso forçado advindo da necessidade de cobrir o déficit fiscal com uma severa recessão.

Augusto Pinho de Bem
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.01.13).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Roberto da Silva Wiltgen, Carlos Roberto Winckler, Sílvia Horst Campos e Maria Lucrécia Calandro.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691
Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br